

MDF Nº 29/2018 – 2ª Pub. – LICITAÇÃO PELO MODO DE DISPUTA FECHADO
PROCESSO Nº 15.461.512-1

OBJETO: Produção do Empreendimento Habitacional CONJUNTO HABITACIONAL CURIÚVA I – 3ª ETAPA – 3ª FASE – 4ª ETAPA, Município de **CURIÚVA-PR**, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básico e Executivo, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em **74 unidades habitacionais**.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço.

PREÇO MÁXIMO: Sigiloso, conforme art. 34 da Lei nº 13.303/16.

DA REUNIÃO:

Data: 06 de março de 2020, às 9h00min

Local: Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 800 – Departamento de Licitação - Cristo Rei, Curitiba-PR.

OBJETIVO: Análise do recurso apresentado em 17/02/2020 pela CONSTRUTORA IMPLANTEC contra a decisão de sua inabilitação.

Regularmente comunicadas as participantes do certame a PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. apresentou contrarrazões.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: Ato nº 438/PRES, de 21/09/2018 e Ato nº 190/PRES, de 28/02/2019.

PRESIDENTE: Harisson Guilherme Françóia, designado pelo Ato nº 556/PRES, de 21 de novembro de 2019;

MEMBROS: Elizabete Maria Bassetto, Nara Thie Yanagui, Rodrigo Malagurti Di Lascio, Adão Luiz Hofstaetter, Agenor de Paula Filho, Fabiola Lorena Brustolin, Thania Elvis de Oliveira Bana, Theodózio Stachera Junior e Vickiane do Nascimento de Andrade.

1. DO RECURSO DA CONSTRUTORA IMPLANTEC.**1.1. DAS RAZÕES DA RECORRENTE**

Insurge-se a Recorrente, contra a decisão da Comissão que a inabilitou no certame alegando, em brevíssima síntese em suas razões recursais (fls. 03/08):

- a) Que foram comprovadas as exigências das alíneas “b” e “d” do Item 3 do Anexo II do Edital;
- b) Que houve manifesto erro material no preenchimento do Anexo X;
- c) Que a responsável técnica pelos projetos e pelas obras é a arquiteta e urbanista Adriana Bernadete Müller Moldenhauer e que os demais profissionais indicados não possuem acervo técnico, mas poderão auxiliar a responsável técnica em suas atividades;
- d) Que a manutenção da inabilitação da Recorrente irá implicar prejuízo de R\$ 230.724,44;
- e) Que a falha no preenchimento do formulário não afeta a competitividade.

Por fim, a Recorrente requereu o conhecimento do recurso e seu provimento para

reconsiderar a decisão da Comissão.

1.2 DAS CONTRARRAZÕES

A PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. assim se manifestou em suas contrarrazões (fls. 14/29):

- a) Que o recurso interposto deve ser julgado improcedente;
- b) Que a inabilitação promovida pela Comissão Especial de Licitação foi correta;
- c) Que a Recorrente praticou um erro substancial apto a implicar desclassificação/inabilitação.

Ao final, requer que seja mantida a decisão em todos os seus termos afastando os argumentos apresentados pela recorrente.

3. DA DECISÃO DA COMISSÃO

Antes de adentrar à análise das razões recursais, bem como dos argumentos lançados pela PIZOLATO CONSTRUTORA em suas contrarrazões, necessário registrar alguns breves apontamentos iniciais.

Tem-se que a sessão pública de abertura do certame ocorreu no dia 05/02/2020, oportunidade na qual a CONSTRUTORA IMPLANTEC apresentou sua proposta de preços e foi considerada a melhor classificada. Na sequência, foi aberto o envelope de habilitação da referida construtora, oportunidade na qual a Equipe Técnica da COHAPAR verificou o descumprimento das exigências de habilitação, consoante o teor da Nota Técnica nº 007/2020 da Equipe Técnica, notadamente quanto aos seguintes itens:

- Item 3, letra "b": A empresa não apresentou os documentos, Atestados de Capacidade Técnica e respectiva Certidões de Acervo Técnico(CAT (CREA) ou CAT-A (CAU), que comprovem a experiência dos profissionais indicados, na folha 34, do envelope Nº 02, como responsáveis técnicos pela obra, na execução/participação dos serviços que compõe as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação (quadro 01). Portanto a empresa não cumpriu este item.;
- Item 3, letra "d": documentos apresentados às fls. 01 a 13 e 18 a 21 do envelope nº 2- documentos de habilitação.

OBS: Não foi apresentada a documentação, que comprove a vinculação dos seguintes profissionais , indicados como responsáveis técnicos , dos serviços desta licitação:

Obra: Engenheiro Civil – Tibor Maria do Vale;

Obra e Projetos: Caroline Pasdiora;

Portanto, não foi cumprido este item.

Em razão das inconsistências acima apontadas, a Comissão Especial de Licitação decidiu por sua inabilitação.

Inconformada, a CONSTRUTORA IMPLANTEC interpôs o presente recurso administrativo, oportunidade na qual reconheceu a falha em sua documentação de habilitação, notadamente quanto à indicação equivocada dos respectivos responsáveis técnicos pelos projetos e pelas obras. Confira-se o teor de excerto do recurso:

ATA Nº 026/DELI/2020

"Isso porque, somente a demonstrar a transparência da empresa recorrente, foram nominados profissionais que ainda não detém acervo técnico, mas, poderão auxiliar a profissional no desempenho de suas atividades. São eles: 01, 02, 03, 04, 06 e 07.

Portanto, a responsável técnica pelos projetos e obra, desta feita, é a Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, arquiteta e urbanista, CAU n. A82830-0, sendo que a mesma possui, nos termos da documentação já apresentada, atividade técnica registrada no CAU mais do que suficiente."

Assim, em razão da leitura dos dois parágrafos acima transcritos, verifica-se que a Recorrente reconheceu que cometeu um ligeiro equívoco no preenchimento da Declaração da Equipe Técnica, mas que tal equívoco não possui o condão de afastar a experiência já comprovada da Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, que, muito embora tenha sido indicada equivocadamente apenas como responsável técnica pelos projetos, na verdade, em razão de equívoco no preenchimento dos documentos, conforme o teor das razões recursais, é a responsável não só pelos projetos, mas também pelas obras.

Registra-se então que a CONSTRUTORA IMPLANTEC comprovou as exigências do edital quanto à habilitação técnica por meio dos documentos contidos no próprio envelope de habilitação. Assim, muito embora tenha indicado a Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer somente como responsável pelos projetos, comprovou sua experiência tanto quanto aos requisitos relativos aos projetos quanto ao atinente às obras.

Verifica-se, portanto, que a CONSTRUTORA IMPLANTEC realmente cometeu um equívoco na montagem dos documentos integrantes do envelope de habilitação, porém tal equívoco, considerando as razões recursais apresentadas, notadamente quanto ao reconhecimento do erro e o fato de que já havia comprovado sua experiência com base nos documentos apresentados no envelope de habilitação, não é apto a manter sua inabilitação, razão pela qual a reconsideração da decisão por parte da Comissão Especial de Licitação é medida que se impõe.

De mais a mais, necessário registrar que a exigência de requisitos de habilitação tem por finalidade exigir que somente as licitantes que detenham real capacidade de execução do objeto pretendido pela Administração venham a ser contratadas. Desta feita, a exigência de habilitação não se esgota em mera formalidade, mas tem como finalidade última afastar licitantes sem capacidade técnica ou financeira de executar o objeto.

No caso em tela, verifica-se que a CONSTRUTORA IMPLANTEC demonstrou que cumpriu as exigências do edital quanto à experiência da licitante, bem como quanto à experiência da Responsável Técnica, Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer. Em outras palavras, a finalidade última das exigências de habilitação foi devidamente cumprida, pois, com base nos documentos contidos no envelope de habilitação, somado ao reconhecimento do erro meramente formal na indicação da responsável técnica, a licitante comprovou sua experiência e a da responsável técnica exigida para os projetos e para as obras.

Ademais, importante registrar que a COHAPAR não mais se submete aos ditames da Lei nº 8.666/93, mas sim à Lei nº 13.303/16, também chamada de Estatuto das Estatais. Tal estatuto imprimiu concretude ao comando constitucional previsto no art. 173, §1º, confira-se:

ATA Nº 026/DELI/2020

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (destaque nosso)

Tal alteração de regime jurídico (da Lei nº 8.666/93 para a Lei nº 13.303/16) demonstra uma mudança de paradigma na visão da Administração Pública. Tem-se que aquela Administração Pública burocrática, fundada no princípio da legalidade estrita deu lugar à Administração Pública gerencial, ou seja, fundada no princípio da eficiência. Tal alteração de paradigma teve início com a Emenda Constitucional nº 19/98, a qual inseriu o princípio da eficiência de forma expressa no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (destaque nosso)

Assim, o princípio da eficiência se irradia na atuação da Administração Pública de várias formas, notadamente quanto às contratações realizadas pelo Poder Público. Desta feita, em 2016 sobreveio a Lei nº 13.303/16, a qual estabeleceu diversas disposições legais quanto às empresas públicas e às sociedades de economia mista. Dentre tais disposições está justamente o regime licitatório. Tal regime foi alterado de maneira substancial, de forma a afastar formalidades e rituais que apenas geravam maiores dificuldades na tramitação dos processos. A título exemplificativo, tem-se que a Lei das Estatais afastou as modalidades de licitação tradicionalmente conhecidas (concorrência pública, tomada de preços, convite etc.) e estabeleceu modos de disputa (fechado, aberto ou combinado). Ainda, afastou o rigor da lei para que as peculiaridades de cada uma das estatais fosse atendida e levada em consideração por meio de um Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

De qualquer sorte, a mudança de paradigma da Administração Pública, de uma visão burocrática para a visão gerencial, com alteração inclusive quanto ao regime jurídico das estatais (Lei nº 13.303/16) tem reflexo direto nos processos licitatórios. Assim, a licitação não pode ser vista apenas e tão somente como um procedimento com rituais fixos e imutáveis, pautados no cumprimento de exigências formais.

A licitação deve ser vista como um procedimento que busca contratar a melhor licitante para aquele objeto com o melhor preço possível, ou seja, a busca da proposta mais vantajosa. Tal visão é possível de se verificar na simples leitura do art. 31 da Lei nº 13.303/16:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da

vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. (destaque nosso)

Todavia, digno de registro que a busca da proposta mais vantajosa não pode conduzir a uma atuação livre e sem balizas por parte da Administração, razão pela qual deve observar os princípios expressos no art. 31 acima transcrito (princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo).

Especificamente quanto à vinculação ao instrumento convocatório, necessário ponderar que tal princípio não pode levar a um formalismo exacerbado por parte da Administração. Necessário que o ente público verifique o sentido e o alcance das disposições previstas no instrumento convocatório quando de sua atuação.

Nesse sentido, não se pode permitir a manutenção da inabilitação de uma licitante com base em mero equívoco formal devidamente reconhecido em grau recursal, especificamente porque a exigência de experiência da profissional foi devidamente comprovada com os documentos apresentados originariamente no envelope de habilitação.

Ainda no mesmo sentido, forçoso reconhecer que a própria Lei nº 13.303/16 permite a correção de pequenos equívocos, ou seja, permite o saneamento de determinados pontos a fim de que seja possível selecionar a proposta mais vantajosa. Nesse sentido, trazemos à colação o teor do art. 56 da Lei nº 13.303/16:

Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - contenham **vícios insanáveis**;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57, ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 desta Lei;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, **salvo se for possível a acomodação** a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

Da leitura do dispositivo legal acima, nota-se no inciso I que a desclassificação de um licitante somente pode se dar se ocorrer um vício insanável. Em outros termos, no caso de vícios passíveis de correção, o saneamento é medida que se impõe.

Na sequência, o inciso VI também do art. 56 acima transcrito dispõe que a desclassificação deve ocorrer quando a proposta apresentar desconformidade com as exigências do instrumento convocatório, porém, na hipótese de “possível acomodação”, a desclassificação não poderá ocorrer.

Logo, o saneamento de pequenas irregularidades, vícios meramente formais, é medida que deve ser adotada pela Administração, não sendo possível a desclassificação/inabilitação com base em tais pequenos equívocos passíveis de saneamento.

Seguindo a mesma linha, fundamental trazer à colação as disposições do parágrafo único do art. 45 do RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da

ATA Nº 026/DELI/2020

COHAPAR, o qual possibilita à Comissão a realização de diligências para corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo:

Art. 45 Compete à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação:

(...)

Parágrafo único. É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando **medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.** (destaque nosso)

No mesmo sentido o teor dos itens 7.15 “a” do Edital, o qual dispõe que a desclassificação somente poderá se dar com a presença de vícios insanáveis, ou seja, não suscetíveis de saneamento:

7.15 Após efetuar o julgamento das propostas, a Comissão de Licitação promoverá a análise quanto a sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

a) **Contenham vícios insanáveis** ou apresentem desconformidades com outras exigências do Edital ou dos seus Anexos, que não possam ser objeto de saneamento; (destaque nosso)

Outra disposição expressa do edital no sentido de determinar o saneamento de equívocos meramente formais está contida no item 8.4:

8.4 Será considerada inabilitada, **ressalvando-se as hipóteses de saneamento**, a Licitante que:

- a) apresentar a documentação de habilitação de forma divergente do exigido neste Edital;
- b) apresentar certidões vencidas, salvo quando puderem ser emitidas via *internet*, hipótese em que a situação retratada na certidão emitida em sessão será a válida para o resultado da licitação;
- c) apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital.

Por outro lado, necessário levar em consideração o contido nas contrarrazões da PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA. De fato, a decisão da comissão à época foi acertada, contudo, consoante amplamente demonstrado, o equívoco da CONSTRUTORA IMPLANTEC foi devidamente corrigido por meio das razões recursais, onde admitiu a prática de um erro, mas que não era apto a ensejar a manutenção de sua inabilitação, visto que a experiência exigida no edital foi devidamente demonstrada.

Ainda, a PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA sustenta seus argumentos nos mesmos itens acima transcritos, tais como o item 8.4 do Edital, o art. 56 da Lei nº 13.303/16 e, ainda, no art. 3º da Lei nº 8.666/93. De início necessário registrar que a COHAPAR não mais se submete aos ditames do último diploma normativo. Ainda, as demais disposições citadas pela PIZOLATO não podem ser usadas para manter a inabilitação, pois tanto o item 8.4 do Edital quanto o art. 56 da Lei nº 13.303/16 são expressos no sentido de desclassificar ou inabilitar somente nos casos em que não for possível o saneamento. Logo, não se pode realizar uma interpretação do dispositivo legal ou do edital de forma a desconsiderar a lógica que assenta a norma, guardadas as devidas proporções, não se mostra possível “interpretar a norma em tiras”.

Ademais, a reforma da decisão por parte da COHAPAR não implica violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois tal princípio não é absoluto

ATA Nº 026/DELI/2020


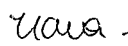
e, ainda, não pode conduzir a uma interpretação extremamente formalista e restritiva da norma.

Conclui-se, portanto, que a reforma da decisão no presente caso é medida que se impõe, visto que o equívoco praticado pela licitante, ora Recorrente, foi devidamente saneado por meio das razões recursais.

Diante do exposto, decide a Comissão Especial de Licitação, pela unanimidade de seus membros, julgar procedente o recurso apresentado pela CONSTRUTORA IMPLANTEC, com o posterior encaminhamento do processo à apreciação e decisão do Sr. Diretor-Presidente desta Companhia, conforme prevê o art. 100 do RILC.

4. DO ENCERRAMENTO


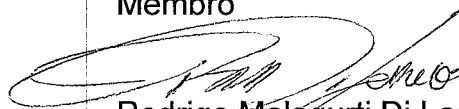
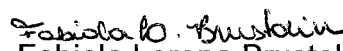
Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que segue assinada pela Comissão Especial de Licitação.


Harisson Guilherme França
Presidente
Nara Thie Yanagui
Membro


Thania Elvis de Oliveira Bana
Membro


Adão Luiz Hofstaetter
Membro

Theodózio Stachera Junior
Membro


Elizabete Maria Bassetto
Membro
Rodrigo Malagurti Di Lascio
Membro
Fabiola Lorena Brustolin
Membro

Agenor de Paula Filho
Membro


Vickiane do Nascimento de Andrade
Membro

